

PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL 2013 – 2014

Goiânia - GO



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

Desembargadora Elza Cândida da Silveira **Presidente**

Desembargador Aldon do Vale Alves Taglialegna **Vice-presidente**

Ricardo Lucena **Diretor-Geral**

Ana Beatriz Braga Pereira Secretária de Gestão de Pessoas

Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável

Absayr Gonçalves Souza
Afrânio Honorato
Cássia Maria Sebba Kafuri
Humberto Magalhães Ayres
Lara Cristina Nercessian de Barros
Marconi Morais Provazzi

Introdução

A Administração pública, na qualidade de grande consumidora de recursos naturais, bens e serviços, assume um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade.

Pensando nisso, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho instituiu, em 2012, o Fórum Permanente de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, que tem por objetivo precípuo a elaboração do Guia de Contratações Sustentáveis, que no ano de 2013 passou por ampla revisão. Uma das novidades é a instituição de indicadores que irão medir o grau de adesão dos Regionais Trabalhistas aos critérios de sustentabilidade do Guia, a partir de 2014.

Para atender a essas demandas e tendo por base a Instrução Normativa nº 10 de 2012 da Secretaria da Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece as diretrizes para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável da administração pública federal, o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região decide instituir o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) no âmbito da 18ª Região Trabalhista.

Com a elaboração e execução do PLS, o Tribunal tem a oportunidade de instituir um programa planejado de ações de sustentabilidade que, além de atender às exigências legais, ainda promoverá um verdadeiro ganho institucional. O projeto terá como efeitos positivos a economia de gastos públicos, a redução do desperdício e a conservação de recursos naturais, além de contribuir para a melhora da qualidade de vida.

Ressalta-se, ainda, que o PLS está alinhando ao planejamento estratégico da 18ª Região Trabalhista, que estabeleceu, entre os seus objetivos, o de instituir política ambiental.

SUMÁRIO

- I Práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços
- a Plano de ação para materiais de consumo: papel, copo descartável e café
- **b** Plano de ação para energia elétrica
- c Plano de ação para água
- d Plano de ação para coleta seletiva
- e Plano de ação para compras e contratações sustentáveis
- II Plano de Comunicação: ações de divulgação, sensibilização e capacitação
- III Cronograma de implantação

Anexo I - Inventário de bens e materiais e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição

I – Práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços

a – Plano de ação para materiais de consumo: papel, copo descartável e café

Objetivo:

Tornar mais eficiente o consumo de papel, copo descartável e café, buscando a economia dos gastos públicos, a conservação do meio ambiente e a qualidade de vida no trabalho;

Detalhamento:

1. Papel

Com o advento do Processo Judicial Eletrônico na área judiciária e do SISDOC na área administrativa, os processos no âmbito da 18ª Região Trabalhista são realizados por meio eletrônio. Essa realidade afeta diretamente o uso do papel para impressão pelas unidades do Tribunal, reduzindo consideravelmente o seu consumo. Mesmo assim, medidas podem ser aplicadas para reduzir ainda mais o consumo do papel para impressão.

Ações:

Mapear e controlar o consumo de papel para impressão e cópias por unidade;

Realizar campanhas de sensibilização e inserir práticas sustentáveis de consumo de papel, entre elas:

- 1. dar preferência ao papel reciclado (com estipulação de quantidade mínima de papel reciclado por unidade);
- 2. configurar as impressoras no padrão de impressão frente e verso de modo automático;
- 3. separar o papel que foi utilizado apenas de um lado para reaproveitamento (em blocos de rascunho, por exemplo);
- 4. incentivar e dar treinamento aos servidores para imprimir em Pdf documentos para envio via Sisdoc.

Unidades envolvidas:

Unidades da capital e do interior.

2. Copo descartável

De acordo com o inventário de bens e materiais constante no Anexo I deste documento, o Tribunal comprou, no período de um ano, dois milhões e cem mil (2.100.000) copos descartáveis – somados os dois tamanhos (200ml e 50 ml) - num valor total de R\$ 28.340. Cerca de 80% desses copos são utilizados pelo público interno (magistrados, servidores, estagiários, menores aprendizes e terceirizados). Estima-se que apenas 20% destinam-se ao público externo (advogados, trabalhadores, participantes em congressos, entre outros).

Ação:

Substituir os copos descartáveis de 200 ml e de 50 ml por copos de vidro e por xícaras de louça, respectivamente, para uso do público interno.

Ações conjuntas:

Adquirir mais copos de vidro e xícaras, suficientes para cada unidade;

Instruir copeiras para a correta higienização dos copos e xícaras (Conforme a Coordenadoria de Serviços Gerais, o atual quadro de copeiragem do TRT 18 poderá fazer o serviço. A lavagem dos copos se dará duas vezes por dia, uma pela manhã e outra pela tarde);

Campanha de sensibilização da importância socioambiental e econômica da medida.

Unidades envolvidas:

Unidades da capital e do interior.

3. Café

De acordo com o inventário de bens e materiais constante no Anexo I deste documento, o Tribunal comprou, no período de um ano, 6.900 quilos de café torrado e moído, no valor total de R\$ 70.905. De acordo com medição do consumo de café realizada no Fórum Trabalhista de Goiânia e no edifício lalba-Luza, entre os dias 16 e 20 de setembro de 2013, registrou-se um índice de cerca de 40% de desperdício.

Conforme a Coordenadoria de Serviços Gerais, são distribuídas, nas unidades da Capital, mais de 250 garrafas por dia, com dois tipos de café – amargo e adoçado – além de garrafas com água quente.

Ações:

Limitar a distribuição de apenas garrafas com café amargo às unidades. Para adoçar o café, serão disponibilizados açucareiros, além de adoçantes. As garrafas com água quente continuarão sendo distribuídas.

Monitorar o consumo e desperdício de café;

Incluir a aquisição gradativa de café orgânico, conforme critério do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Resolução 103 do CSJT);

Fazer estudo da viabilidade e economicidade da adoção de máquinas automáticas do tipo self-service ou industriais de café coado.

Unidades envolvidas:

Inicialmente, apenas unidades da capital.

b – Plano de ação para Energia Elétrica

Objetivo: Tornar mais eficiente o consumo de energia elétrica, incentivando o uso sustentável dos recursos e a conservação do meio ambiente;

Detalhamento:

1. Iluminação

Ações:

Definir procedimento de desligamento do sistema de iluminação em determinados horários e dias (mais especificamente para o Fórum Trabalhista de Goiânia);

Realizar campanha de sensibilização junto aos usuários para que desliguem luzes, computadores e monitores ao se ausentarem do ambiente;

2. Ar condicionado

Ações:

Definir procedimento de desligamento automático do sistema de ar-condicionado (mais especificamente para o Fórum Trabalhista de Goiânia);

Realizar campanha de sensibilização junto aos usuários quanto ao correto uso do ar condicionado;

3. Elevadores

Ação: Pesquisar, adquirir e instalar sistema de elevador inteligente (automatização do controle dos elevadores);

c – Plano de ação para água

Objetivo: Tornar mais eficiente o consumo de água, incentivando o uso sustentável dos recursos e a conservação do meio ambiente;

Ações:

Instaurar procedimento de vistoria contínua de descargas e torneiras, para verificar e corrigir falhas técnicas no menor tempo.

Substituir torneiras tradicionais por outras com temporizadores, que reduzam o desperdício de água;

Instalar e aperfeiçoar sistema de coleta e reaproveitamento de água da chuva; Monitorar e incentivar o uso eficiente da água pelo Serviço de Limpeza.

Unidades envolvidas:

Unidades da Capital e do interior.

d – Plano de ação para Coleta seletiva

Objetivo: Dar continuidade e aperfeiçoar a coleta seletiva solidária no âmbito do TRT da 18ª Região, conforme prevê a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010), o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e demais legislação sobre o tema.

Ações

Fazer diagnóstico da atual situação da coleta seletiva de resíduos sólidos nas unidades da capital e do interior;

Instalar coletores de resíduos sólidos recicláveis, conforme a necessidade;

Determinar um local adequado para o depósito dos materiais recicláveis separados pelo Tribunal.

Diagnóstico

De acordo com levantamento feito nas unidades da capital:

- 1. o recipiente para recolhimento de papel já existe e tem bom funcionamento;
- 2. as lixeiras, também já existentes, podem continuar recebendo o lixo orgânico e todo aquele que não serve para a reciclagem;
- há necessidade de incluir mais um recipiente por unidade (ou por andar) para receber, em conjunto, os demais resíduos sólidos que possam ser reciclados, como plástico, metal, vidro. Esses resíduos podem ser colocados juntos no mesmo recipiente, desde que corretamente descartados (limpos, sem restos de alimento);
- 4. há necessidade de recipiente exclusivo para coleta de pilhas, baterias e similares.

Ações conjuntas:

Realizar campanha e treinamento do público interno para a correta separação do lixo;

Realizar treinamento em coleta seletiva para os terceirizados do Tribunal;

Unidades e áreas envolvidas:

Unidades da capital e do interior

e – Plano de ação para compras e contratações sustentáveis

Objetivo: Promover a adoção de padrões de sustentabilidade nas compras e contratações no âmbito do TRT 18ª Região, abrangendo bens, obras, equipamentos e serviços.

Ação:

Adotar, de forma progressiva, o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pela Resolução 103 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), nas compras e contratações realizadas pelo TRT da 18ª Região.

II – Plano de Comunicação: ações de divulgação, sensibilização e capacitação

Planejar e implantar campanhas de sensibilização para cada ação de sustentabilidade;

Criar um canal de comunicação com o público-alvo na Intranet, para valorização da transparência e do diálogo, além de recebimento de sugestões e críticas;

Realizar, via Sisdoc, contato continuado com magistrados e servidores lotados nas unidades do interior do Estado para diagnosticar a realidade dessas unidades, desenvolver ações específicas para cada caso e envolver as pessoas no projeto.

III - Cronograma

PACOTE DE TRABALHO	DATA DE INÍCIO	DATA DE CONCLUSÃO	[%] DO TRABALHO TOTAL
Instituição da Comissão Gestora do PLS	01/02/13	08/03/13	2
Estudo dos temas básicos de ação do PLS	15/04/13	10/08/13	5
Levantamento dos pontos críticos do Tribunal para elaboração de ações de sustentabilidade	10/08/13	20/10/13	5
Ações de racionalização do uso de materiais de consumo	20/09/13	20/06/14	16
Redução do desperdício de café	20/09/13	20/05/14	
Substituição dos copos descartáveis por copos de vidro e xícaras (público interno)	20/09/13	20/06/14	
Apresentar propostas construção sustentável	11/11/13	11/02/14	
Ações de racionalização do uso de energia elétrica	11/11/13	20/10/14	8
Apresentar propostas construção sustentável	11/11/13	11/02/14	
Apresentar levantamentos da logística	10/12/13	11/03/14	
Ações de racionalização do consumo de água	11/11/13	20/10/14	8
Apresentar propostas construção sustentável	11/11/13	11/02/14	
Apresentar levantamentos da logística	10/12/13	11/03/14	
Aperfeiçoamento da coleta seletiva	10/03/14	20/10/14	10
Apresentar propostas construção Sustentável	11/11/13	11/02/14	
Apresentar levantamentos da logística	10/12/13	11/03/14	
Ações para licitações e contratações sustentáveis	10/10/13	20/10/14	8
Ações de Comunicação	20/09/13	20/10/14	15
Planejamento de campanhas de sensibilização para as ações do PLS	20/09/13	20/10/14	
Criação de um canal de comunicação com o público-alvo na Intranet	10/10/13	10/12/13	
Contato continuado com público do interior pelo Sisdoc	30/10/13	20/10/14	
Elaboração da Carta de propostas para construções e reformas sustentáveis	10/11/13	11/03/14	5
Planejamento do Projeto	04/09/13	31/10/13	10
Atividades de Controle	31/10/13	20/10/14	5
Encerramento do Projeto	20/10/14	20/11/14	3
TOTAL			100%